

CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA
JSM: O CINEMA DE JORGE SILVA MELO E CARTA BRANCA SEM RECEITA
12 de Maio de 2022

DIE ERSCHIESSUNG DES LANDESVERRÄTERS ERNST S. / 1976
(“A Execução do Traidor à Pátria Ernst S.”)

Um filme de Richard Dindo e Niklaus Meienberg

Realização: Richard Dindo e Niklaus Meienberg / Argumento: Richard Dindo e Niklaus Meienberg, baseado num livro de Meienberg / Comentário: Niklaus Meienberg / Direcção de Fotografia: Rob Gnant e Robert Boner / Som: Beni Lehmann / Montagem: Richard Dindo e Georg Janett / Interpretação: Jean-Pierre Mocky (Vincent Cabral), Sylvie Bréal (Micheline), Anne Deleuze (Annabel), Denis Le Guillou (Virgile Cabral), Henri Poirier (Verdier), Christian Duvaleix (Larrighi), Dominique Zardi (juiz), R.J. Chauffard (o “ruivo”), etc.

Produção: Filmkollektiv Zurich / Produtor: Richard Dindo / Cópia: 16mm, colorida, falada em alemão com legendas em francês e legendagem electrónica em português / Duração: 99 minutos / Inédito comercialmente em Portugal.

O que se passa na Suíça não é bem como o que se passa em Las Vegas, mas é parecido: também tende a “ficar lá”, e a ter pouco eco para além das fronteiras do país das montanhas e dos cantões. Dizemos esta meia-piada (só meia) porque o filme de Richard Dindo (feito em parceria com o seu amigo Niklaus Meienberg, jornalista que procedeu à investigação em que o filme se baseia) tem por objecto, justamente, alguns cruciais segredos suíços que tantas décadas passadas continuam a existir numa espécie de neblina: o papel, a acção e a atitude suíça durante a II Guerra, para além da “neutralidade” oficial, e muito especialmente face à Alemanha nazi. Mas também porque **Die Erschiessung des Landersverrätters Ernst S.**, tocando nesse vespeiro e desinquietando as verdades “oficiais” congeladas há três décadas, foi um autêntico “*affaire d'état*” na Suíça de meados dos anos 70, pouco faltando, ou não tendo mesmo faltado nada, para que Richard Dindo e Niklaus Meienberg fossem, eles próprios, acusados de “traição à pátria”. No seu arquivo pessoal na internet, Richard Dindo conta um episódio significativo. Sugerindo o seu filme que, durante a II guerra, muitos suíços – sobretudo os que tinham mais a perder, a gente das fortunas e dos negócios – advogavam uma “aceitação” do nazismo com diferentes graus de sinceridade e de cinismo (sempre escudados na ideia de que Hitler era imparável e portanto mais valia viver com ele ou até acolhê-lo), tal sugestão provocou reacções violentíssimas. Ora, quando o filme de Dindo foi exibido no canal estatal suíço-alemão (que se recusara a financiá-lo), a exibição fez-se com uma introdução “contextual”, destinada a deixar os espectadores, logo à partida, de pé atrás. Nela, um historiador defendia a execução de Ernst S. em nome do “direito à defesa da pátria suíça contra o nacional-socialismo que ameaçava a nossa independência”. E acrescenta Dindo no seu texto: “o que esse professor de História se ‘esqueceu’ de dizer ao público suíço foi que, antes da guerra, foi membro do partido nazi suíço...”.

E essa é toda a questão, ou uma parte importante da questão. A tese do filme é que a execução de 17 “traidores à pátria” por parte das autoridades suíças em determinada altura da guerra, todos vindos da “arraia miúda”, foi uma operação de branqueamento e relações públicas, manutenção de aparências, enquanto em esferas social e economicamente mais elevadas os níveis de entendimento,

tácito ou activo, com a Alemanha nazi, eram muito mais complexos. Dindo e Meienberg recompõe a biografia do primeiro desses “traidores” a ser executado, Ernst S., que o filme descreve como um garoto meio lunático, adepto da boémia e do violino, sem grande (ou mesmo sem nenhuma) consciência política, que certo dia, para arranjar uns trocos, terá vendido a alemães umas quantas granadas desviadas de um arsenal regional. O filme não julga, propriamente, os actos de Ernst, e muito menos cai na armadilha de entrar em considerações sobre a “justiça” da sua condenação à morte – o que seria, desde logo, dar a pena de morte como algo de potencialmente justo, e de qualquer modo não é essa a questão do filme. Antes a tal recomposição, plenamente documentada (material de arquivo, como fotografias, e depoimentos de quem o conheceu melhor ou pior) da vida de Ernst S., e a permanente ligação desse percurso (sobretudo já nos anos da guerra e no período que imediatamente a precedeu) ao relacionamento da Suíça, enquanto Estado (e muito especialmente, como é óbvio, no cantão germanófono), com a Alemanha hitleriana, incluindo aqui o relacionamento das suas elites.

O filme, visitando muitos dos lugares cruzados por Ernst S. (e nomeadamente o presumível lugar da execução, no meio de uma floresta, em cena dada por travellings dentro duma camioneta que são quase uma reconstituição sem “sujeito”), assenta sempre na memória e no diferimento da memória – e nesse sentido não contradiz aquilo que Dindo diz de si próprio: “chamam-me um cineasta político, mas o tema que me interessa é o da memória”. Nesse sentido, pelo tratamento da memória histórica (a memória humana, dada pelos relatos, e a memória que fica inscrita na superfície das terras e dos lugares) duma forma que tem sempre algo de bruto (o rigor dos enquadramentos fixos sobre a paisagem, como se captasse fantasmas que mesmo assim se mantêm invisíveis), é um filme que pertence à mesma família de algumas investigações de Marcel Ophuls ou, até (emboras elas tenham maioritariamente vindo depois), de Claude Lanzmann.

As questões que o filme evoca não perderam pungência de espécie alguma, muito menos (e irresistível nota contextual) num momento em que o regresso da “guerra na Europa” suscita discussões e atitudes que encontram em **Ernst S.** alguns ecos curiosos e perturbantes. Soberbo filme.

Luís Miguel Oliveira